

Elementos de diplomacia extraterrestre

Extraterrestrial diplomacy elements

Laurent de Sutter*

Tradução do original francês por Bruno Bicalho Lage Silva

Resumo: A série de filmes *Homens de preto*, dirigidos por Barry Sonnenfeld, retrata uma agência cujo objetivo é evitar que a presença de extraterrestres na Terra cause problemas – sejam eles mal-entendidos ou agressões violentas. Sob a forma da comédia, eles permitem compreender o ponto fraco tanto do universalismo quanto do particularismo: não há diferença sem indiferenciação – e nem indiferenciação sem diferença. No momento em que os sonhos de igualdade e de universalidade – tal como colocados em prática, por exemplo, ao final da época romana, com a edição da Constituição Antonina, que estendeu a cidadania romana a todos os habitantes do Império – pretendem se materializar, não são os protocolos de abstração legal que devem realizar todo o trabalho, e sim os de uma verdadeira diplomacia alienígena, cujo ponto de partida consiste em nos considerar como estranhos a nós mesmos.

Palavras-chave: diplomacia; alienígena; direito; encontro; diferença.

Summary: The film series *Men in Black*, directed by Barry Sonnenfeld, portrays an agency whose goal is to prevent the presence of extraterrestrials on Earth from causing problems – be they misunderstandings or violent aggressions. In a comical way, they allow us to understand the weak point of both universalism and particularism: there is no difference without undifferentiation – and neither undifferentiation without difference. At the moment when the dreams of equality and universality – as put into practice, for example, at the end of the Roman era, with the edition of the Caracala's Constitution, which extended Roman citizenship to all the inhabitants of the Empire – intend to materialize, it is not the protocols of legal abstraction that must do all the work, but those of a true alien diplomacy, whose starting point is to consider us as strangers to ourselves.

Keywords: diplomacy; alien; right; meeting; difference.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado.

* Professor de Teoria do Direito na Faculdade de Direito da Vrije Universiteit Brussel (Bélgica). Editor-chefe da série *Perspectives critiques* da Presses Universitaires de France, Paris (França). Editor-chefe da série *Theory redux* da Polity Press, Londres (Reino Unido).

§1 Caracalla e consequências

Era o ano 212, ao que parece. Por razões ainda debatidas, o imperador Caracalla decidiu repentinamente atribuir a cidadania romana a todos os súditos do Império, pouco importando sua origem ou posição social. Uma única exceção subsistiu a essa regra: os *dediticios* (ou bárbaros dominados à força) continuaram privados do estatuto reconhecido a todas as outras classes. O que levou Caracalla a tomar essa decisão? Dion Cássio, numa passagem de sua *História*, propõe uma explicação financeira: Caracalla buscava expandir a esfera de tributação sobre a qual repousava o Império que dirigia. Mas, quaisquer que tenham sido suas motivações, o édito, conhecido desde então pelo nome de *Constituição Antonina*, resultou em grandes reviravoltas. A mais importante foi a repentina ab-rogação dos costumes locais, que haviam perdurado graças à distinção entre cidadãos e não-cidadãos. Enquanto esta permaneceu em vigor, os não-cidadãos, não estando sujeitos ao direito romano, podiam continuar a fazer valer seus hábitos mais ancestrais. Com a integração ao Império, foi o direito deste que, de um só golpe, tornou-se aplicável a cada um de seus gestos e a cada uma de suas ações. Pois, diferentemente do que se costuma imaginar, o gênio jurídico do Império era um gênio que, paradoxalmente, não tinha nada de imperialista. Tratava-se de um gênio do diverso e da superposição, que a todo tempo inventava novas maneiras de se articular às situações que encontrava e cuja lógica não era a mesma que a sua. O direito romano, enquanto direito dos cidadãos do Império, era também o direito por meio do qual os outros direitos

subsistiam, de modo a que pudessem produzir os efeitos que deles se esperavam. Com a *Constituição Antonina*, essa relação de inclusão do fora foi anulada de um só golpe: o estranho *ius gentium* utilizado pelos jurisconsultos da época clássica se dissolveu em um *ius civile* generalizado. Ao se tornar o direito de *todos*, o direito romano perdeu aquilo a que se devia uma parte de sua inventividade – a saber, o fato de ter concebido os meios que lhe permitiam ser o direito de *cada um*. O édito de Caracalla marcou não o surgimento de um cosmopolitismo romano, mas a sua ruína, naquilo que foi o primeiro momento verdadeiramente imperialista do Império.¹ De resto, as consequências não tardaram a chegar: logo que os peregrinos, assim como todo mundo, transformaram-se em cidadãos romanos, a liberdade de culto foi-lhes rapidamente negada. Como agora eram cidadãos do Império, a recusa em fazer sacrifícios aos deuses deste, como fizeram os peregrinos cristãos, tornou-se um delito passível de punição. A generosidade de Caracalla era só de fachada: pensando bem, o gesto de outorgar a cidadania logo se mostrava, acima de tudo, como um ato de polícia.

§2 Extraterrestres entre humanos

Mil setecentos e oitenta e cinco anos depois, estreava nas salas de cinema do mundo inteiro um filme cujo título enigmático não impediu seu enorme sucesso: *Homens de preto*. Tratava-se da adaptação, só que em forma de comédia, dos quadrinhos de Lowell Cunningham que narram as aventuras de uma dupla de policiais membros de uma agência especial. Essa agência, chamada “Homens de Preto”, tinha por objetivo

¹ Sobre tudo isso, cf. ANDO, L'empire et le droit, p. 53 e ss.

monitorar a vida extraterrestre que havia se instalado na Terra após um acordo galático que a transformara em uma espécie de asilo para refugiados. Como explica o agente K (Tommy Lee Jones) no momento em que revela a existência desse acordo ao jovem recruta J (Will Smith), os extraterrestres presentes na Terra eram aproximadamente mil e quinhentos. O papel dos “homens de preto” era assegurar que nenhum deles fizesse alguma besteira e, sobretudo, que nenhum outro ser humano notasse a sua presença. Em comparação aos quadrinhos de Cunningham, o filme de Barry Sonnenfeld limitava, na verdade, o campo de atividade dos “homens de preto” exclusivamente ao da vida extraterrestre. Ao contrário, nos quadrinhos, os membros da agência também tinham como objetivo monitorar as atividades parapsíquicas e as diversas mutações que os seres humanos poderiam manifestar. A escolha de ignorar essas bizarrices humanas era uma maneira de tornar ainda mais singular a posição da agência – pura interface, ainda humana, mas exterior ao mundo humano. A solução de continuidade não se estabelecia mais entre uma humanidade normal (os cidadãos ordinários) e uma humanidade anormal (os mutantes, os videntes etc.), mas entre dois modos de conhecimento. No filme, havia de um lado os que conheciam a verdade e de outro os que a ignoravam – e que, porque não saberiam o que fazer com ela (a não ser, talvez, alguma estupidez), deveriam continuar a ignorá-la. Os “homens de preto”, enquanto guardiões dessa ignorância, situavam-se, portanto, ainda

que fossem humanos, do lado daqueles que sabiam – ou seja, do lado extraterrestre. O agente K e o agente J eram de certo modo extraterrestres entre os humanos, ao mesmo tempo em que eram extraterrestres entre os extraterrestres, porque continuavam a ser humanos. Eles encarnavam uma posição de exterioridade desde o próprio interior da humanidade – uma espécie de ponto de inversão por meio do qual a humanidade se transformava no seu fora. Porque, de fato, os seres humanos, do mesmo modo que os extraterrestres e apesar de sua ignorância, também tinham que figurar no cômputo dos habitantes do universo. *Os seres humanos são extraterrestres que ignoram sê-lo*: essa era a verdade cuja propagação os “homens de preto” tinham por missão impedir.

§3 A espessura do bizarro²

Essa lógica da inversão, no filme de Barry Sonnenfeld, foi levada ao extremo pelo próprio fato de que se tratava, diferentemente dos quadrinhos de Cunningham, de uma comédia histórica. Quando o agente K explica ao agente J o modo de funcionamento dos equipamentos que lhes permitiam ficar de olho nos extraterrestres que viviam sobre a Terra, um elemento cômico logo vem *adensar* essa descrição. Esse elemento era o fato de que a tela em que apareciam esses extraterrestres – que, por razões de discrição, haviam adotado uma forma humana – mostrava rostos que o espectador não poderia desconhecer. Os extraterrestres em questão eram, na verdade, estrelas como

² Diferentemente do português coloquial, a palavra “bizarro”, em francês, normalmente designa algo que é estranho ou de difícil compreensão, mas não necessariamente grotesco ou ridículo. No entanto, considerando que, em certas passagens, o autor se aproxima desse último significado, optou-se pela tradução “bizarro” (N.T.).

Sylvester Stallone, Danny DeVito ou Steven Spielberg (a propósito, produtor do filme) – ou seja, efetivamente criaturas cuja *estranheza* repentinamente encontrava uma explicação. Ao reconhecê-las, o agente J, imaginando fazer uma piada inteligente, exclama logo em seguida: “Agora eu entendo porque minha professora de matemática, na escola, parecia vir de Vênus!”, ao que o agente K responde, impassível, apertando um botão: “Vênus, não. Plutão”, enquanto surge na tela o rosto da mencionada professora dando um sermão em seus alunos. O fato de que um humano pudesse ser *na realidade* um extraterrestre só é explicado nesse momento retrospectivo, em que se revela que aquilo que se havia percebido, de maneira obscura, como bizarro, era bizarro. A informação que o agente K confia ao agente J reconstruía uma estranha *adequatio rei et intellectus* a partir de um regime de percepção que, por meio da ignorância, visava apenas à inadequação. Mas o essencial não era essa passagem de um estado de ignorância a um estado de conhecimento, e sim o fato de que as percepções, em matéria de bizarrice, sempre estavam *corretas*. Apenas faltavam as categorias que permitissem traduzir esse sentimento de bizarrice em algo como uma categoria ontológica – a saber, o ser estranho da vida extraterrestre. De resto, esse não era o único momento de inadequação entre percepções e realidade em *Homens de preto*: os extraterrestres nem sempre se contentavam em se disfarçar de seres humanos. Alguns, de modo mais simples, preferiam *habita-los*, fosse sob a forma de um corpo-máquina, controlado como se se tratasse de um robô, ou então de um corpo-casaco, vestido como se se tratasse de uma roupa. Alguns *alienígenas* iam até mais longe e

escolhiam assumir a forma de outra coisa – por exemplo, como quis uma informante do agente K, a de um *pug*. Esse polimorfismo do disfarce representado pelos extraterrestres podia, assim, chegar ao ponto de introduzir uma dúvida: e se *todos* os seres humanos dissimulassem, na verdade, *alienígenas* disfarçados?

§ 4 Bem-vindo a um mundo falseado

A hipótese de uma inadequação generalizada da realidade com relação às aparências não foi levada em conta pelo filme de Barry Sonnenfeld, que se contentou em sugeri-la, como um tempero meio delirante. A comédia, em *Homens de preto*, não pretendia ser da ordem da conclusão; ela pretendia, antes, ser da ordem da suspensão, da permuta ou da vertigem sem sentido. Mas o fato de que a questão do caráter falseado das aparências não tenha sido colocada como uma questão no filme, mas utilizada como um repositório de piadas, era uma maneira de torná-la ainda mais densa. *Era evidente que o mundo era falseado*: tratava-se de uma banalidade cuja força cômica provinha de sua apreensão imediata; ela descrevia algo além da suspeita e cuja origem era a própria revelação dessa suspeita. A partir do momento em que se convenciona que todo ser humano poderia esconder em si um extraterrestre, *tudo se tornava possível*, para bem além da paranoia ligada ao exercício da suspeita. Porque se tratava de uma comédia, *Homens de preto* conseguia, portanto, escapar aos limites estéticos e políticos meio rígidos em que a história do cinema havia confinado a representação da vida extraterrestre. Durante muito tempo, tendo feito da paranoia seu modo de funcionamento, ela só se interessou pela

confusão da vida humana com a vida extraterrestre sob a forma do *body-snatcher*. Ali, a vida extraterrestre assumia a forma de uma possessão agressiva, reflexo das angústias do mundo, de uma época ou de uma espécie incapazes de acolher o intruso em si.³ O filme de Sonnenfeld, pelo simples fato de ser uma comédia, pertencia a outro universo: não mais o universo paranoico da suspeita, mas o universo esquizoide da surpresa. Era aí que residia o humor prodigioso de Sonnenfeld: o fato de que ele considerava o problema da adequação dos seres humanos a si próprios mais do ponto de vista de suas consequências do que de suas causas.⁴ De resto, a mais importante dentre elas só aparece no último minuto do filme, quando, em um *travelling* vertiginoso, a câmera se eleva desde o nível da rua até o do universo. Repentinamente, deixa-se Nova Iorque, e em seguida a América, e a Terra, e o sistema solar, e a galáxia – para que se perceba que o universo nada mais era do que uma bola de gude com a qual brincava uma criatura inimaginável qualquer. Não apenas os extraterrestres estavam presentes em todos os cantos da Terra, mas a própria Terra não passava de um elemento insignificante, de uma *impureza* no coração de um jogo colossal e minúsculo ao mesmo tempo. Não apenas os seres humanos eram extraterrestres que ignoravam sê-lo (tanto do ponto de vista real quanto do ponto de vista simbólico), mas o seu próprio universo não passava de um detalhe de um *produto manufaturado*⁵ qualquer.

§5

Inumanidade da humanidade

Dois anos depois da estreia nos cinemas de *Homens de preto*, Barry Sonnenfeld dirigiu uma sequência das aventuras dos agentes K e J – sequência que tornava ainda mais denso o falseamento do mundo. Um extraterrestre bastante belicoso aterrissa em nosso planeta para recuperar um bem, uma “Luz” com a qual poderia destruir uma civilização que odiava. O único conhecedor do segredo que poderia levá-lo até essa “Luz” era o agente K, que havia perdido sua memória ao final do primeiro episódio de *Homens de preto* para que enfim pudesse retomar uma vida civil. O extraterrestre belicoso parte em busca dele depois de ter tentado, sem sucesso, arrancar esse segredo de outro extraterrestre, gerente de uma pizzaria de bairro no Brooklyn. Apenas uma jovem empregada da pizzaria havia testemunhado o interrogatório, e também o fim trágico daquele que ela repentinamente descobriu não ser verdadeiramente um ser humano. Ao interrogá-la, o agente J não consegue evitar de se apaixonar por ela – a ponto de esquecer a primeira regra a ser obedecida pelos “homens de preto”: sempre apagar a memória dos “neutros”. Após incontáveis peripécias, o agente J termina por restaurar a memória do agente K e descobre que este, mesmo antes da amnésia, tinha ele próprio apagado de sua memória todo traço do segredo. É apenas no último minuto, quando a “Luz” deve deixar a Terra para evitar que o planeta seja destruído, que o agente K revela tanto ao agente J quanto à jovem empregada da pizzaria que essa “Luz” era a própria jovem. Do

³ Sobre a questão do intruso em si, cf. a bela meditação de NANCY, L'intrus.

⁴ Sobre o vínculo entre humor e a arte das consequências, cf. DELEUZE, *Présentation de Sacher-Masoch*, p. 71 e ss. Para um comentário, cf. também DE SUTTER, *Deleuze*, p. 29 e ss.

⁵ Jean-Clet Martin fez uma bela descrição da manufatura dos mundos em MARTIN, *Plurivers*, passim.

mesmo modo que o agente K havia apagado de suas lembranças tudo que dizia respeito ao segredo, a jovem moça havia esquecido que ela era a princesa de um povo em exílio – sua “Luz” encarnada. *Ela ignorava ser uma extraterrestre*, e é apenas sob pressão e à força que, por mais que também tivesse se apaixonado pelo agente J, ela aceita deixar a Terra para salvá-la. Não apenas ela ignorava ser uma extraterrestre como o recusava em prol daquilo que os seres humanos costumam considerar como o mais característico de seus sentimentos: o amor. É assim que a indistinção entre a humanidade e o seu fora extraterrestre, a cada reviravolta da trama, torna-se cada vez mais densa, até o momento em que os restos tanto de uma quanto do outro se aniquilam. O próprio agente K, que havia voltado a ser funcionário dos correios durante a sua “amnésia”, só decide acompanhar o agente J no momento em que este lhe revela que todos os seus colegas de trabalho, sem exceção, eram na verdade extraterrestres disfarçados. A indistinção entre humanos e não-humanos era *sem fim*.

§6 Do Ser como piada

O primeiro episódio de *Homens de preto* sugeria que havia muitos mais estrangeiros entre nós do que estaríamos dispostos a aceitar; mas o segundo episódio da trilogia foi bem mais longe. Os estrangeiros não estavam apenas *entre* nós, nem mesmo *em* nós: nós *éramos* eles – nós somos estrangeiros que ignoram sê-lo, ou então nos esquecemos disso para que pudéssemos viver nossas vidas. Não há um fora em relação à nossa inumanidade, assim como não há

um fora em relação à nossa humanidade porque, na verdade, ambas se sobrepõem de maneira integral. A única coisa que nos permite definir um resto de humanidade em nós é o esquecimento de nossa inumanidade: *a amnésia é a única coisa que nos torna humanos*. Não há esquecimento do Ser: só há Ser *porque* há esquecimento – ou seja, esquecimento daquilo que não é Ser, nem humanidade, nem dentro e que poderia nos tornar diferentes de um hipotético fora. E isso é engraçado. É infinitamente cômico: o Ser *é uma piada*. Qualquer tentativa que vise a preservar uma interioridade, um ser, uma humanidade do humano, está fadada ao burlesco, como se se tratasse da maldição brincalhona de um deus enganador. De igual modo, qualquer tentativa que vise a elaborar uma polícia da humanidade só pode resultar, como demonstram com clareza os próprios “homens de preto” – sempre fracassados e só superando as adversidades no mais completo golpe de sorte –, em uma piada. Se o Ser é uma piada, a polícia do ser é a sua versão ruidosa – a *piada de mau gosto*, aquela que só faz rir quando dá *errado*, quando falha na sua intenção discriminatória. Toda polícia repousa sobre uma distinção entre um dentro e um fora, distinção cujo absurdo a comédia da suspeita representada pelos *Homens de preto* demonstra por meio do absurdo. Em vez de uma polícia, precisamos mais de uma *diplomacia*: apenas os diplomatas podem implementar uma prática da humanidade que não seja uma prática humana.⁶ De resto, essa é umas das funções desempenhadas pelos “homens de preto”: eles não são nem justiceiros, nem benfeitores – sua única função é assegurar o bom funcionamento desse santuário de refugiados extraterrestres

⁶ Cf. STENGERS, Pour en finir avec la tolérance, p. 358 e ss. e LATOUR, Politiques de la nature, p. 275 e ss.

que é a Terra. Anos antes da aventura retratada em *Homens de preto 2*, o agente K, por ter interferido em um conflito entre civilizações extraterrestres e guardado a “Luz” na Terra, havia colocado o planeta em perigo. A atividade do policial, por um instante, deu lugar à passividade do diplomata – e, imediatamente, uma catástrofe começou a se configurar. A polícia precisa de lados opostos: os bons e os malvados, os amigos e os inimigos, os de dentro e os de fora, quando, na verdade, tudo que há é um imenso *continuum*.

§7 Diferença e indistinção

Que os “homens de preto” não sejam verdadeiros policiais é algo que se revela, na trilogia de Barry Sonnenfeld, pelo fato de que aquilo que eles deveriam proteger, a todo momento, não era nada além deles mesmos. A polícia exercida pelos “homens de preto” não era estruturada segundo a lógica dos lados opostos: ela era estruturada segundo a lógica de eventos imprevistos que vinham pôr em risco a sua própria atividade. Porque pretendiam assegurar que a Terra preservasse a condição de santuário, os piores aborrecimentos e as piores ameaças os pegavam de surpresa e os obrigavam a reagir com violência. Fora essas situações de crise, seu trabalho consistia tão somente em assegurar que os seres humanos continuassem a ignorar a existência dos extraterrestres, com os quais, no entanto, coexistiam o tempo todo. Mas se se tratava de assegurar a manutenção dessa espécie de “véu da ignorância”, eles não o faziam, como afirmam invariavelmente todas as polícias do mundo, pelo bem dos seres humanos.

Faziam-no, ao contrário, para assegurar o bem dos extraterrestres – e assim, da mesma forma, o dos seres humanos na medida em que ignoravam serem extraterrestres. O único perigo relevante, a única tragédia que poderia ter acontecido no mundo dos “homens de preto”, teria sido que os seres humanos, ignorando serem extraterrestres, ao fazerem mal aos alienígenas, fizessem involuntariamente mal a si próprios. A ética dos “homens de preto” era, portanto, uma ética simétrica, no sentido que Bruno Latour deu a esta palavra – mesmo que se tratasse de uma simetria cruzada, ou especular ou distributiva.⁷ O princípio de simetria posto em prática pelos “homens de preto” não tinha por objetivo estabelecer uma igualdade entre os seres humanos e os extraterrestres, mas a distribuição integral de uns em meio aos outros, ou a sobreposição integral de uns aos outros. De certo modo, talvez seja possível falar, no que diz respeito a esse princípio, em uma simetria *plana*, do mesmo modo que Ian Bogost falava em uma “ontologia plana” (*flat ontology*).⁸ No lugar das trincheiras e barricadas caras às operações policiais, esse princípio buscava estabelecer, por meio da ação dos “homens de preto”, um *continuum* diplomático – um *continuum* sem costura, nem solda nem sutura. Esse *continuum*, no entanto, já que se apresentava como um plano de indistinção entre os humanos e os extraterrestres, era um *continuum* estruturado: a indistinção não significava a indiferenciação. Ao contrário, a estrutura mobilizada por esse plano era uma estrutura da multiplicação das diferenças e da multiplicação dos traços e das qualidades por elas implicados. Esse era mesmo o *motto* da diplomacia própria à atividade dos “homens de

⁷ Cf. LATOUR, *Nous n'avons jamais été modernes*, *passim*.

⁸ Cf. BOGOST, *Alien phenomenology, or what it is like to be a thing*.

preto”: proteger a indistinção é a condição para proteger as diferenças.

§8 Pequeno manual de sobrevivência em situação de contato consigo mesmo

Quando, no ano 212 de nossa era, Caracalla promulgou a *Constituição Antonina*, ele havia esquecido que a indistinção só tem sentido na medida em que permite a coexistência das diferenças. O Império era a indistinção – mas a cidadania era a indiferenciação; o Império era o mundo da diplomacia – a cidadania, o da polícia; o Império era o mundo do direito – a cidadania, o da lei. Impor a cidadania a todos os indivíduos livres que povoavam o Império equivalia a destruir o regime diplomático de coexistência dos costumes próprios a cada um que os juristas haviam conseguido desenvolver. Pois eram justamente eles os “homens de preto” do Império: a massa anônima de homens de direito, cujo saber, em sua integralidade, visava tão somente a proteger o santuário que havia se tornado o território romano. Ao introduzir uma lei única no lugar da multiplicidade de regimes de coabitação por eles inventada, Caracalla inaugurou, no direito, uma longa idade das trevas da qual não se pode dizer com certeza que tenhamos saído.⁹ Em vez de seu édito, teria sido melhor que, assim como Laurent Genefort fez com os extraterrestres, ele tivesse promulgado um manual de boas maneiras – um conjunto de conselhos concretos que visasse a assegurar a coexistência entre as espécies. Em *Aliens*,

mode d’emploi, o “manual de sobrevivência em situação de contato extraterrestre”, Genefort efetivamente considera como dado o princípio de simetria caro aos “homens de preto”. Os conselhos oferecidos por seu livro não são apenas relativos a um hipotético “encontro de terceiro grau”¹⁰ – o dos extraterrestres que chegam à Terra. Eles também dizem respeito à hipótese inversa: a dos seres humanos que deixam a Terra e que devem se apresentar de maneira diplomática aos habitantes dos mundos a que chegam. Tais encontros, no entanto, podem ir bastante longe e resultar, para além da simples discussão polida, em relações de amizade e até mesmo amorosas, para as quais Genefort oferece preciosas recomendações.¹¹ Mas qualquer leitor minimamente atento de *Aliens, mode d’emploi* terá rapidamente compreendido que essas recomendações, por mais exótico que seja o seu objeto, levam à conclusão de que existe, na verdade, um só tipo de encontro. Ao acolher um extraterrestre ou ao ser acolhido por ele, até mesmo na intimidade mais embaraçosa, é o bizarro que se acolhe ou por quem se é acolhido. Ou seja, tudo aquilo que não somos nós – inclusive aquilo que é diferente de nós em nós: o fato de que nós mesmos somos extraterrestres cuja existência ignoramos. Só há encontro consigo mesmo, sejamos nós seres humanos, extraterrestres, cascalhos, saladas, nuvens ou sonhos – um encontro que, irremediavelmente, nunca tem lugar.

⁹ Cf. DE SUTTER, *Le cosmopolitisme est un anti-juridisme*.

¹⁰ Aqui o autor faz referência ao filme “*Close encounters of the third kind*”, de Steven Spielberg. Tendo em vista o título da obra em francês (“*Rencontres du troisième type*”) e o uso da palavra “rencontre” ao longo de todo o parágrafo, optou-se pela expressão “encontro de terceiro grau” em detrimento da consagrada “contatos de terceiro grau” (N.T.).

¹¹ Cf. GENEFORT, *Aliens, mode d’emploi*.

Referências

ANDO, Clifford. *L'empire et le droit : invention juridique et réalités historiques à Rome*. Trad. M. Bresson. Paris: Odile Jacob, 2013.

BOGOST, Ian. *Alien phenomenology, or what it is like to be a thing*. Minneapolis; London: Univesity of Minnesota, 2012.

DE SUTTER, Laurent. *Deleuze: la pratique du droit*. Paris: Michalon, 2009.

DE SUTTER, Laurent. Le cosmopolitisme est un anti-juridisme. *Dissensus*, n.1, 2008. Disponível em: <http://popups.ulg.ac.be/dissensus/document.php?id=177>.

DELEUZE, Gilles. *Présentation de Sacher-Masoch*. Paris: Minuit, 1967.

LATOUR, Bruno. *Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte, 1991.

LATOUR, Bruno. *Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte, 1999.

MARTIN, Jean-Clet. *Plurivers: essai sur la fin du monde*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

NANCY, Jean-Luc. *L'intrus*. Paris: Galilée, 2000.

STENGERS, Isabelle. *Pour en finir avec la tolérance*. Paris: La Découverte, 2003.

Recebido em 04 de março de 2021

Aprovado em 14 de junho de 2021